

CONSTRUÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO UNIVERSO FEMININO (1920-1945)

CLARISSE ISMÉRIO*

RESUMO

Ao longo da história da humanidade a imagem feminina passou por inúmeros significados e representações. Em nossa pesquisa objetivamos analisar as múltiplas representações do universo feminino e os discursos produzidos para delimitar seu espaço e atuação na sociedade. Segundo a mentalidade baseada na tradição judaico-cristã, na estrutura familiar as mulheres deveriam ficar subordinadas ao marido, considerado um ser superior, o chefe da família, porque provia o sustento da casa e, portanto, deveria ser obedecido e admirado. Esse pensamento vem ao encontro dos arquétipos que delimitavam o homem no espaço público e a mulher no privado. Essa posição era unanimidade entre teóricos e filósofos que justificavam a posição social feminina, a citar como exemplo o iluminista Rousseau, o positivista Comte, e outros. Mas esses modelos e valores começaram a ser questionados, devido à entrada da mulher no espaço de trabalho durante a I Guerra Mundial, às conquistas do movimento feminista e ao advento do cinema norte-americano. A transição da mulher do espaço privado doméstico para o público do trabalho, resultou na construção de uma nova mentalidade que elegia como modelo a mulher determinada, independente, liberada, sensual, dona de seu corpo, contrapondo-se ao modelo de guardiã da moral familiar.

Palavras-chave: Gênero, Representações, Universo Feminino

ABSTRACT:

In the course of humanity's history, the feminine image went by countless meanings and representations. In our research we aimed at to analyze the multiple representations of the feminine universe and to make speeches produced them to delimit her space and performance in the society. According to the mentality based on the Jewish-Christian tradition, in the family structure women should be subject to the husband, considered a superior being, the

* Historiadora, Doutora em História do Brasil, Coordenadora do curso de Relações Internacionais das Faculdades IDEAU – Bagé,

head of the family, because he takes the provide for his family and his house, and therefore should be obeyed and admired. This thought defines that the public space has to be occupied to the man, and private space belongs to women. That position was unanimity between theoretical and philosophers that justified the social position female, to quote the example of the illuminist Rousseau, positivist Comte, among others. But those models and values began to be questioned, due to the woman's entrance in the work space during to I Guerra, the conquests of the feminist movement and to the coming of the North American movies. The woman's of the domestic space transition for the public of the work, resulted in the construction of a new mentality that chose as model the woman certain, independent, liberated, sensual, lady of her body, in opposit to the model of the guardians of family moral.

Word-key: Gender, Representations, Feminine Universe

A imagem feminina passou por inúmeras representações ao longo da história da humanidade, desde a representação da deusa mãe a rainha do lar. No presente estudo objetivamos analisar as múltiplas representações do universo feminino e os discursos produzidos para delimitar seu espaço e atuação na sociedade brasileira.

As congregações e ligas femininas católicas, durante os anos de 1920 a 1945, tiveram uma atuação determinante na formação da identidade nacionalista cristã e na preservação da moral e dos costumes cristãos, como também na consolidação dos modelos femininos de mães-educadoras.

Segundo a mentalidade baseada na tradição judaico-cristã, na estrutura familiar a mulher e os filhos deveriam ficar subordinados ao marido, considerado um ser superior. O homem era o chefe da família, porque provia o sustento da casa, portanto, deveria ser obedecido e admirado.

A submissão da mulher ao marido estava prescrita na Bíblia desde a criação. Eva foi feita de uma costela de Adão, retirada quando ele dormia. Foi considerada a primeira mulher, a primeira esposa e a mãe da humanidade. Representa o lado sentimental e irracional do ser humano.

Eva foi seduzida pelo demônio em forma de serpente, sendo a grande responsável pela expulsão do paraíso. Deus a puniu por ter persuadido Adão a comer o fruto da árvore proibida, passando, como castigo, a ter dores ao conceber e ser eternamente submissa ao homem: “Disse também à mulher: Multiplicarei os

sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor teus filhos; teus desejos te impelirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio.” (Ge 3, 16)

A passagem bíblica serviu de justificação para que muitos teóricos ao longo do tempo afirmassem que o homem deve sustentar e governar a casa, porque age de maneira racional, sem nunca se deixar levar por emoções. Seu campo de atuação era o espaço público, enquanto a mulher, por ser frágil, emotiva e muitas vezes irracional, deve ser protegida no espaço privado do lar, sob a tutela do homem.

A mulher deveria participar do culto e do sacramento do batismo, para regenerar a alma: (...) mandou o Cristianismo para levantar a companheira do homem do abismo das trevas, do nada a que a materialista e bárbara antigüidade tinha atirado o anjo da família. (...) a regeneração da mulher foi o Cristianismo que consumou. (A ESTRELA DO SUL, 1864: 7)

A doutrina católica transformou a mulher no *anjo tutelar, na guardiã da fé*, orientadora dos filhos e transmissora da tradição. Tais modelos eram inspirados na Virgem Maria, símbolo da pureza e devoção, ao contrário do símbolo de Eva, representação da mulher leviana. Eva tornou-se o arquétipo primordial da leviandade feminina e por isso todas as mulheres deveriam ser tuteladas para não serem movidas pela emoção.

Por ser descendente de Eva, a mulher era propensa à leviandade, portanto, deveria ser vigiada, protegida e tutelada pelo homem dentro do espaço doméstico, onde ficaria livre das tentações e degenerações mundanas.

A Igreja Católica preocupa-se com a formação das jovens para serem, no futuro, boas esposas, mães zelosas e propagadoras da fé. Para estas no período em estudo, existia a associação das Filhas de Maria. As jovens eram escolhidas pelos padres das paróquias após a primeira comunhão, levando em conta a dedicação que tinham para com a Igreja, os ensinamentos de Cristo e devoção a Deus.

A doutrina de pureza e castidade iniciava nas aulas de catecismo, preparatórias para a primeira eucaristia. As meninas ganhavam instrução mais direcionada à sua natureza. Antes de

completarem as aulas de catecismo, recebiam em sua casa o ícone de Maria Menina, que permanecia uma semana em cada casa. Este costume tinha como objetivo aproximar mais as jovens do símbolo e signo de Maria.

As jovens aprendiam os dogmas da fé, eram responsáveis pela ornamentação da igreja, ajudavam nas festas religiosas e quermesses, obedeciam às normas rígidas de conduta e trajavam-se de maneira uniforme e recatada. Usavam um vestido branco de mangas longas, trazendo sobre o peito uma medalha da Virgem Maria presa por uma fita azul celeste ao pescoço. Quando assumiam a responsabilidade de pertencer ao grupo, passavam por um ritual celebrado no templo e faziam o seguinte juramento:

(...) Prometeram sempre servir com generosidade e alegria à sua terna Mãe, Virgem Imaculada:

Sempre - sem influência de impressões externas

Sempre - sem considerarem o número de anos que viverem.

Sempre - suceda-lhes o quer suceder, quer próspero ou adverso, seja enfermidade ou saúde, seja honra ou desprezo.

Sempre - sem admitir pausa ou tempo feriado.

Oh! Congregação querida, sob tua bandeira açucenal queremos viver e morrer! Oh! terna Mãe, a vós escolhemos para sempre por nossa Senhora, Protetora e Mãe(...). (UNITAS,1923: 115 – 116)

As roupas brancas representavam a pureza e a castidade que deveria ser mantida até o casamento, quando entregavam a fita com a medalha para ser passada a outra jovem, digna de pertencer ao grupo das Filhas de Maria.

O grande modelo feminino dentro da cultura cristã é o da Virgem Maria, que obedeceu sem questionar os desígnios de Deus, foi “*a escrava do Senhor*”, que através de sua fé e submissão tornou-se símbolo de pureza, da mulher sem mácula, da perfeição e do sacrifício feminino.¹

1 A Virgem Maria foi reconhecida pela Igreja Católica, no século XII, e lhe foi dado o título de Nossa Senhora, pelo qual passou a ser invocada. A designação de Nossa Senhora era dada por seus atributos e pela graça que o fiel desejava alcançar ao invocá-la. O título de *Imaculada Conceição* lhe foi atribuído como um privilégio de virtude que a livrou do pecado original. Sua concepção foi sem mácula, pois permaneceu virgem após dar a luz ao Senhor. Por ser querida e defendida pelos fiéis, o Papa Pio IX na Carta Encíclica *Ubi Primum*, de 17 de fevereiro de 1849, proclamou o clero para estudar a

As mulheres casadas reuniam-se na Associação do Sagrado Coração de Maria e os homens na Associação do Sagrado Coração de Jesus. A maior participação nas reuniões e nas comissões para conseguir fundos para as obras assistenciais, era das mulheres. Os homens participavam apenas com contribuições e doações. Essas associações eram direcionadas ao ensino dos dogmas cristãos e a enfatizar o papel que ocupava a mulher dentro da sociedade, limitando e controlando sua sexualidade, contribuindo assim para a manutenção de uma mentalidade baseada no símbolo conservador construído a partir da imagem de Maria.

Mas esses modelos e valores de pureza, castidade e maternidade começaram a ser questionados, devido a I Guerra Mundial, ao movimento feminista e ao advento do cinema norte-americano.

A I Grande Guerra (1914-1918) exigiu o aumento da atuação da mulher no mercado de trabalho nos países envolvidos no conflito, pois com a escassez de mão-de-obra masculina, as mulheres passaram a preencher os cargos vagos na indústria de material bélico, nos transportes, nas repartições públicas. O trabalho feminino passou a ser necessário à sociedade, possibilitando também que mulheres ingressassem nas forças armadas e na política, embora ainda fosse considerada mão-de-obra não especializada e de caráter temporário. Com o término da guerra a maioria retomou seu antigo lugar, nas atividades domésticas. Mas as coisas não foram mais as mesmas, as mulheres começaram a reivindicar por trabalho e melhores salários, organizadas em sindicatos e federações de operárias (BLACK, 1968:673-675).

A inflação do pós-guerra arruinou a fortuna de muitas famílias abastadas, houve também uma diminuição no número de empregados domésticos, o que levou uma grande parte das mulheres das camadas alta e média da sociedade, solteiras e casadas, formadas ou não, a buscarem colocação no mercado. O campo de atuação feminino ampliou-se cada vez mais, na indústria, comércio, escritórios e na área de enfermagem.

Na vida pública, as inglesas se destacavam por sua atuação

questão da *Imaculada Conceição de Maria*. Em 8 de dezembro de 1854, foi elevado a dogma de fé, na bula *Ineffabilis*.

pioneira em ocupando espaços que antes eram exclusivos dos homens, como Bárbara Wootton, economista e educadora; Nancy Astor, a primeira mulher a ser membro do Parlamento em 1919; Margaret Bondfield passou a participar do gabinete britânico em 1929 e em 1930 Amy Johnson realizou um vôo solitário até a Austrália, com escala na Índia, em seis dias. (CHASTENET, 1968:1250)

Para o novo estilo de vida, as roupas femininas tornaram-se mais práticas, abandonando o uso dos corpetes, cortavam os cabelos, para não prendê-los nas engrenagens das máquinas. A indústria da moda em 1919 passou a investir nesta *nova mulher*, desenhando roupas e ditando estilos práticos ao dia a dia. As saias amplas e cumpridas foram substituídas pelos curtos vestidos *barril*; o espartilho foi trocado por achatadores de busto, pois o seio pequeno estava em evidência, assim como os cabelos curtos e roupas masculinizadas (LAYER, 1993:230).

A transição da mulher do espaço privado doméstico para o público do trabalho resultou na construção de uma nova mentalidade que elegia como modelo a mulher determinada, independente, liberada, sensual, dona de seu corpo, contrapondo-se ao modelo de guardiã da moral familiar. O movimento a favor do divórcio e da mudança do regime de casamento se deu a nível mundial, pois ocorreu transformação na sociedade e na forma de proceder feminina. A mulher tornou-se cada vez mais emancipada, na medida que os movimentos feministas influenciavam a mudança de mentalidade.

O movimento feminista, que repercutiu em todo o mundo, lutava pela igualdade profissional entre os sexos e de terem os mesmos direitos perante a lei. Reivindicava a possibilidade do amor livre, questionando o futuro destinado à mulher pela mentalidade tradicional: o casamento e a maternidade.

As feministas tinham como referencial simbólico os modelos femininos baseados em Lilith, na Papisa Joana e em Joana d'Arc, escolhidas por suas características de independência e ousadia em desafiar a ordem masculina, tornaram-se símbolos da luta pelos interesses femininos. Esses símbolos tornaram-se os grandes modelos que direcionaram as mulheres da nova era.

Lilith personificava o poder, a mulher dominadora e devoradora de homens; a Papisa Joana era a representação da mulher que ocupava o lugar do homem e Joana d'Arc era a guerreira. Sendo que a Papisa e a Guerreira adotavam o modelo andrógino.

O cinema norte-americano foi o grande divulgador da nova mentalidade. A evolução do cinema estava relacionada com a “nova era” da economia norte americana. A tecnologia avançada do pós-guerra, a produção em massa e a administração científica de empresas resultaram em um grande aumento da produtividade. O consumo fora estimulado pela publicidade e o crédito fácil. A mentalidade de consumo chocava-se com os valores puritanos do trabalho duro, do auto sacrifício e da poupança. Reduziu-se a jornada de trabalho para cinco dias e meio, portanto com mais tempo livre e dinheiro para gastar, o que proporcionou uma busca por divertimento e lazer, encontrado nos esportes (beisebol, futebol, golfe e tênis), na música (jazz), na dança (charleston), e no cinema. A nova era e o surto de prosperidade trouxe modismos e uma nova mentalidade (SELLERS & MAY, 1990:316-318).

As mulheres queriam tornar-se a grande atriz de Hollywood, ao nível das grandes divas da época, como Mary Pickford (a namoradinha da América), Francesca Betini (a diva melodramática italiana) ou ainda como a grande vampe Theda Bara² O mesmo estilo foi adotado por outras divas do cinema que a sucederam: Greta Garbo (Mata Hari), Marlene Dietrich (O Anjo Azul), Beth Davis (A Malvada) e Rita Haiworth (Gilda). (MORIN, 1980: 20-21)

Os modelos femininos difundidos pelo cinema serviram de inspiração para as mulheres em todo o mundo e a vida particular

2 Theda Bara (1890-1955), ou na vida real Theodosia Goodman, nasceu em Cincinnati, Ohio, foi levada ao estrelado por Wilian Fox em 1914, para concorrer com a dinamarquesa Asta Nielsen e as italianas Francesca Betini e Pina Minicheli. Tornou-se o primeiro grande mito feminino do cinema, uma das grandes divas hollywoodianas, a primeira mulher fatal das telas, a verdadeira Vamp. Theda Bara encarnou no cinema a rainha Cleópatra, no filme *Queen of Egypt* (A Rainha do Egito - 1917). Representou também Carmen (1915), Salomé (1918) e Madame Misteri (1920), todos papéis de mulheres fortes, sedutoras, envolventes e com a morte trágica em seu caminho. Segundo os anais cinematográficos, o nome Theda Bara, era um anagrama da palavra árabe *arab death*, morte árabe, que contribuía ainda mais para a construção do imaginário que envolvia a *femme fatale*, a Lilith cinemetográfica.

das estrelas se confundia com a pública, pois existia toda uma imprensa sensacionalista voltada para levar ao grande número de fãs o dia a dia dos astros: os amores, casamentos, divórcios, escândalos e tudo o que pudesse atrair o desejoso mercado consumidor.

A heroína dos filmes era independente, livre, sensual, adotava como moda o cabelo curto e os vestidos subiram até a altura dos joelhos. Além da imagem de mulher profissional surge paralelamente o estereótipo da vaidade, do egoísmo e do narcisismo, personificado nas melindrosas. Os modelos das melindrosas foram ao encontro das fantasias e da sexualidade de muitas mulheres. Para tanto deveriam estar sempre maquiladas, perfumadas e com roupas esvoaçantes e esplendorosas. A boca formato coração, os olhos pintados de negro e as unhas de esmalte vermelho satã, eram suas marcas registradas.

A indústria de cosméticos ligados ao embelezamento cresceu impulsionada pelas mulheres comuns e pelas estrelas, que queriam se embonecar e ao mesmo tempo esconder as marcas do tempo, buscando uma juventude provisória. Tanto que, nomes como Max Factor e Elizabeth Arden, nada mais eram que maquiadores das grandes vedetes hollywoodianas (MORIN, 1980:36).

A nova mentalidade mundial, que preconizava uma mulher independente, impetuosas e liberada, inspirada nas Divas cinematográficas, veio para o Brasil através dos filmes e revistas. Tais valores entraram no país num momento em que o trabalho feminino passava a ser valorizado, devido à chegada do imigrante italiano e alemão, à crescente urbanização das cidades e à industrialização nacional que floresceu durante a I Grande Guerra.

No processo de industrialização brasileira das décadas de 20 e 30, mulheres e crianças trabalhavam lado a lado com os homens, numa jornada de doze horas, sem descanso e recebendo um salário bastante inferior ao do colega do sexo masculino. A consolidação das leis trabalhistas só ocorre em 1934.

As mulheres das camadas menos favorecidas não se preparavam somente para exercer o papel de *rainha do lar*, além

do prestigiado ofício de educadora. Buscaram os mais variados espaços profissionais nas fábricas, escritórios comerciais, lojas e instituições públicas. Ao assumir tais profissões, sofriam com a discriminação de uma parcela significativa da sociedade.

Na sociedade brasileira, ainda estavam presentes os valores morais e normativos da mentalidade conservadora, baseada na tradição judaico-cristã e positivista, que determinava o lugar da mulher no espaço sagrado do lar, orientando e amparando o marido e os filhos.

As congregações femininas realizavam palestras e conferências, alertando as senhoras e moças de família dos perigos causados pela nova moda e seus valores nocivos. A conferência realizada em 1924, pelas Filhas de Maria da Congregação Imaculada Conceição, no município de Estrela, Rio Grande do Sul, tinha como objetivo criticar as mudanças ocorridas na moda trazida pelo cinema norte-americano através das melindrosas. Quinota Vianna Ruschel, autora da palestra, faz uma verdadeira retrospectiva crítica da moda, de como os vestidos longos foram substituídos por curtos, cheios de adereços e que traziam decotes mais pronunciados. Quinota concluiu que o vestido a ser usado pelas mulheres deveria ser prático e higiênico, para que não prejudicasse os afazeres domésticos, ao mesmo tempo que seguia as regras da estética, sem deixar de exprimir um caráter de pureza e moralidade. Criticava:

O “chic” moderno é a Moda descabida, vergonhosa, indecorosa, revoltante, desgraçadamente acorrentando a pobre sociedade moderna. O “chic” moderno é um decote que vai até a região estomacal, o dorso completamente exposto, um par de braços nus ou com mangas de que a simples ilusão de terem outrora o rosto carnavalescamente pintado, olhos crescidos de bistro, lábios avermelhados de carmim; cada mulher que assim passa é lamentável boneco de artifício e de ridículo.(RUSCHEL, 1924:18)

Quinota argumentava o quanto era preciso combater a perniciosa moda que tentava destruir com os nobres valores morais, evitando que a má influência alterasse a energia psíquica e física das gerações atuais e futuras.

Diante do novo quadro que se formava, a Igreja preocupou-se com a crise social que atingiu as leis naturais do matrimônio, principal fundamento da sociedade humana. Tanto que Pio XI dedicou a carta pastoral *Castii Connubi* para discutir e enfatizar os principais benefícios deste ato: os filhos, a fidelidade conjugal e o sacramento. Os filhos são a grande razão do casamento, uma vez que o criador disse no Gênesis “crescei, multiplicai-vos e enchei a terra”. Os filhos, além de perpetuarem a linhagem, levam adiante os mandamentos cristãos, pois recebem de seus pais e das escolas a verdadeira educação cristã. Portanto, qualquer forma de inibir o nascimento da prole é pecar contra os desígnios de Deus. A fidelidade conjugal está relacionada com o cumprimento por parte de ambos, do acordo conjugal firmado perante a lei divina, o amor verdadeiro que une o casal num relacionamento monogâmico e casto. E por fim, o caráter de ser o matrimônio um sacramento e por isso ser indissolúvel, portanto condena o divórcio (PIO XI, 1951: 3-17). Mas o discurso da liberdade feminina era marcante nos anúncios dos mais variados produtos (figura1).



Figura 1: Anúncios Publicitários. **Nosso Século**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. O modelo da mulher rainha do lar dividia o mesmo espaço publicitário com o modelo da mulher trabalhadora e o da mulher fútil.

O modelo da mulher dona de casa e *rainha do lar* dividia os anúncios de revistas, jornais e almanaques com a imagem da mulher trabalhadora e com as melindrosas. Nas melindrosas era sempre salientado o aspecto da vaidade, frivolidade e sensualidade feminina. Em alguns anúncios eram exibidos partes do corpo, tornando o apelo erótico cada vez mais evidente.

Com a mudança na mentalidade surgiu o questionamento em torno da postura da mulher na sociedade, destacando questões morais e sexuais que se chocam com os valores pregados pelo discurso católico, como mostra a crítica feita sobre os posicionamentos da senhora Sylvia Serafim. Segundo Soares d' Azevedo, articulista da revista *Vozes*, essa senhora era desquitada, o que já demonstra um certo preconceito e a assassina do jornalista Roberto Rodrigues.

Azevedo (1931:170) afirmava ainda que Sylvia iniciou uma carreira literária escrevendo “páginas infantis, conto zinhos banais, devaneios literários”, os quais abandonou e passou a escrever sobre temas mais polêmicos em jornais, tal como o que publicou no periódico carioca *A Esquerda*, de título *A mulher e o seu direito de não ser mãe*. Azevedo considera tais afirmações tresloucadas, estúpidas e indignas de serem ouvidas por outras mulheres de bem, ainda mais sendo ditas por uma mulher desquitada, que não soube manter o seu casamento e que, portanto, não deve ser tomada como exemplo. E ressaltava que:

Ao contrário, a Igreja coloca em primeiro lugar a castidade, a virgindade. Se a Sra. Sylvia Serafim fosse solteira, donzela, acredita que a Igreja viria bater à porta, aconselhando-a a casar? De modo algum. A Igreja não condena quem evita a concepção... conservando-se pura, donzela! O que a Igreja condena, isso sim, é a sem-vergonhice, a prostituição descarada, o malthusianismo, a prática de atos contra a natureza, a animalidade, a brutalidade, a sexualidade pura. Isso é outra coisa. Não quer ter filhos? Não case, conserve-se celibatária dentro dos limites da castidade e da pureza corporal. (AZEVEDO, 1931:170-171)

Sylvia Serafin, salientava que tais questionamentos de liberdade do corpo feminino eram influenciados pela obra de Victor Marguerite (*Teu Corpo é teu!*). Marguerite escreveu

também o romance *Le Garçone*, publicado em 1922, no qual narra as aventuras sexuais de uma aluna da Sourbone, que usava cabelos curtos e roupa de homens, ao estilo Jorge Sand, pseudônimo da Baronesa de Dudevant, Amandina Aurora de Dupin, romancista francesa famosa por suas obras e por seus inúmeros amantes, sendo o mais célebre Frederic Chopin. O estilo *garçone* transformou-se no símbolo da mulher liberada e virou moda. Inicialmente fez sucesso entre as feministas e após estendeu-se a outras mulheres, marcando a difusão da androginia. Como vimos a figura andrógina também estava presente em mais dois modelos do feminismo, a papisa Joana e Joana d'Arc. Portanto a característica andrógina era encarada como um símbolo de liberdade.

A homossexualidade feminina não era desconhecida dentro da sociedade brasileira, tanto que se faz presente na literatura. Conforme Luiz Mott o tema estava evidente na obra de Gregório de Matos Guerra, o *Boca do Inferno*, na poesia de título *A uma dama que macheava outras mulheres*; na qual criticava Nise, uma nobre e distinta senhora que tinha o vício de *suspirar por outras damas*. E no romance de Joaquim Manuel de Macedo, *Mulheres de Mantilha* de 1870. Esse assunto também estava presente na obra de Aluísio Azevedo no folhetim *Memória de um condenado*, de 1882, que posteriormente se transformou em livro de título: *A Condessa Vésper* e no romance naturalista *O Cortiço*. Mas a obra que marcou o início da literatura lésbico-feminista no Brasil, segundo Mott, foi *O 3º Sexo*, de Odilon Azevedo, em 1930, que mostra a uma lésbica assumida que participa como militante radical da política local (MOTT, 1987: 63-93). Nesse período o homossexualismo era considerado pela medicina como conduta desviante.

Os novos modelos de conduta femininos, difundidos através do movimento feminista e cinema, foram criticados pela Igreja Católica através de seus clérigos e de suas congregações. Censuravam as mulheres que se deixavam levar pelas tentações da moda, pelas mudanças ocorridas no mundo, pelo afrouxamento dos costumes, pela falsa literatura e pelo espírito imitativo, pois iam de encontro aos valores cristãos e ao modelo de virtude e perfeição feminina inspirados na Virgem Maria.

Diante deste quadro, formaram duas fortes correntes no Brasil: a das mulheres que defendiam a nova mentalidade de igualdade com os homens e o grupo católico, que defendia os modelos mais conservadores. Apesar dos grupos divergirem quanto à liberação sexual feminina e os modelo de conduta que deveriam seguir, concordavam em pontos relacionados ao trabalho feminino e à participação política.

O *amor livre*, a liberação do corpo e a possibilidade de escolha de ser ou não mãe, era uma das reivindicações do movimento feminista. E essas questões iam contra a moral da sociedade católica. Criticava o chamado *amor livre*, no qual a mulher teria a mesma liberdade sexual que o homem, pois o ato tira a dignidade feminina. Afirma que as mulheres que pregavam esse tipo de relacionamento o faziam por ser o número de mulheres superior ao dos homens. Dentro da estrutura monogâmica do casamento cristão elas poderiam ser preteridas. Ou seja, as feministas eram consideradas solteironas frustradas.

A essa situação de liberação da mulher acrescentou-se à mentalidade do culto do embelezamento do corpo feminino, difundida na literatura e nos filmes hollywoodianos, que generalizavam a idéia de que a maternidade deformava o corpo. Como resultado a prática do aborto se tornou cada vez mais comum na sociedade, embora esta mesma o negasse.

Segundo D. João Becker, a mulher tinha o direito de trabalhar para garantir o sustento de sua família exercendo cargos em repartições públicas e casas comerciais, desde que não esquecesse das atividades da casa e não fossem corrompidas moralmente. Mas afirmava que: “(...) a Igreja condena as reprováveis aspirações de certas mulheres avançadas, que pretendem conseguir a dissolução universal dos costumes, pela destruição da família e pela permissão oficial do “amor livre”.” (BECKER, 1932:153)

Outra grande reivindicação das congregações era a questão do ensino religioso nas escolas públicas, pois somente com a construção de uma consciência católica poderia se preservar a instituição familiar e a sociedade como um todo. Ninguém melhor do que a mulher, por ser uma educadora natural, para

lutar pelo direito de todo cidadão cristão.

A mulher era chamada para lutar contra os males que corrompiam a pátria, pois foi-lhe dado o direito de escolher seus representantes a partir do projeto de Lei Eleitoral de 1932. Segundo Áurea Petersen, a luta pelo voto feminino no período republicano foi levada por mulheres que o reivindicavam através de jornais próprios, como Francisca Diniz no *Quinze de Novembro Feminino* e Célia Rabelo na *Voz Feminina* (PETERSEN, 1997: 118-119). Outras ainda manifestaram-se através de pedidos via justiça, como por exemplo de Ricarda do Canto Schwartz de Rio Pardo, que entrou com um pedido judicial para votar, sendo-lhe negado por despacho do juiz Florêncio Abreu (JORNAL A FEDERAÇÃO. 25 de julho de 1917, p. 5).

Foi fundado o Partido Republicano Feminino sob a liderança de Leontina Daltro, que organizou movimentos de reivindicação do direito feminino ao voto como a passeata de 1917, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de 84 sufragistas. Nesse mesmo ano, o deputado Maurício Lacerda, entrou na Câmara de Deputados com o projeto de institucionalização do voto feminino, sendo derrotado, como também em suas sucessivas reapresentações em 1920 e 1922. Em 1919, mesmo com a pressão do grupo de mulheres lideradas por Leontina Daltro, o projeto de Justo Chermont submetido à apreciação do Senado foi negado mais uma vez.

Em 1919 foi fundada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 passou a ser a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), dando um novo rumo e uma maior força na luta pelo direito de voto feminino. A partir de 1930 a FBPF exerceu pressão direta sobre o governo Vargas. Liderada por Berta Maria Júlia Lutz (1904-1976), representante do Brasil na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras realizada nos EUA, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana, organizou o I Congresso Feminista no Brasil. Em 1929 ao voltar da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim, fundou a União Universitária Feminina; em 1932 a Liga Eleitoral Independente e em 1933, a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. Berta Lutz foi

candidata a uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte em 1933, representando a Liga Eleitoral Independente ligada ao movimento feminista, pelo Partido Autonomista do Distrito Federal. Não se elegeu enquanto que Carlota Pereira de Queirós teve êxito no pleito.³

Apesar de uma parte da sociedade fazer campanha contra o voto feminino, por acharem a mulher incapaz de exercer a função pública, como relata Áurea Petersen no seu estudo sobre a posição dos articulistas do jornal *Correio do Povo* (PETERSEN, 1997:118-126), em 24 de fevereiro de 1932 foi promulgado o Código Eleitoral que estabelecia: *Art. 2º – É eleitor o cidadão maior de 21 sem distinção de sexo.* (CABRAL, 1934:44)

Votar e ser votada eram direitos naturais, uma vez que as mulheres contribuía para a economia do país através de seu trabalho na indústria, comércio, bancos, repartições públicas e de ensino. Mas também as casadas e dependentes dos maridos deveriam ter esse direito. Pois poderiam contribuir para a luta em favor do ensino religioso.

O voto feminino era encarado pelos católicos como uma possibilidade de luta contra os falsos políticos, que querem destruir a pátria cristã; para tanto ela era exaltada por sua sensibilidade e discernimento na luta contra os inimigos da fé. A mulher era comparada ao modelo da Nossa Senhora da Conceição, que em sua representação pisa a cabeça da serpente, a Grande Mãe e Guardiã, destrói o signo do mal. Assim deveriam proceder as guardiãs da pátria contra seus inimigos, que pretendiam destruir a pátria cristã. As mulheres deveriam lutar através de manifestações públicas, artigos e do voto nas urnas.

Como ocorreu com Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951)⁴, conceituada educadora rio-pardense, colaboradora do jornal *Estrela do Sul*, empenhou-se na campanha do ensino religioso, argumentando a influência que os preceitos morais, recebidos na infância através dos pais e dos educadores, têm na vida dos homens

3 CPDOC da Fundação Getúlio Vargas & FLORES, Hilda Hübner. *Dicionário de Mulheres*. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1999, p. 293-294.

4 A vida de Ana Aurora do Amaral Lisboa é um dos temas de estudo da historiadora Hilda Flores, e está disponível no artigo: *Ana Aurora do Amaral Lisboa. Educadora e Política*. In. *Vidas e Costumes*. Porto Alegre: Nova Dimensão, CIPEL, 1994, p. 143-146.

e mulheres. Mas afirmava existirem crianças que, apesar de serem educadas para o bem, eram levadas pelas perversões mundanas. E, portanto, somente a educação religiosa pode dar a verdadeira formação moral e dar força aos educadores na difícil missão.

Deus princípio e fim de todas as coisas, deve ser o princípio fundamental da educação da criança; que preceitos sobre o bem e a moral, podemos apresentar aos nossos alunos que melhor correspondam ao fim visado, do que os emanados da religião cristã?(...)Professores católicos, refleti bem na transcendência de nossa sublime missão: não desprezeis o benefício que o decreto do ensino religioso facultativo nas escolas públicas nos traz, pondo em vossas mãos o meio mais poderoso de conseguirdes o fim primordial de vossa tarefa – a educação do povo a vós confiada. (LISBOA. 1932:1)

Ana Aurora ressaltava a importância do decreto para a educação e formação moral dos alunos, uma vez que na constituição de 1898 o ensino religioso havia sido abolido dos manuais escolares. Portanto, era necessário que esse direito fosse mantido na nova constituição, para a qual deviam ser eleitos os representantes que garantissem esse direito.

Em outro artigo para o jornal *Estrela do Sul*, em 1932, Ana Aurora convoca as mulheres católicas para cerrarem fileiras contra a Liga Feminina Pró-Estado Leigo e suas reivindicações contra a cultura cristã:

Minhas patrícias, para a eleição da constituinte, podeis votar. Se eu sempre entendi que o direito do voto deveria ser concedido à mulher com os devidos predicados morais e consciente de seus deveres, hoje mais do que nunca, bendigo a ocasião em que esse direito nos é outorgado. Façamos por nossa vez as nossas Liga pró-ensino religioso nas escolas, pró-indissolubilidade do matrimônio, pró-direitos da Igreja Católica.

Que o nosso voto seja dado àqueles candidatos que se proponham respeitar os direitos católicos, ou pugnar pelas justas reivindicações. O voto feminino, no momento atual, pode e deve ser exercido mesmo por aquelas que sempre se mostraram avessas à intervenção da mulher na política: façam essas do seu voto um preceito de amor à nossa fé religiosa.

A luta contra a Igreja católica está travada: seus inimigos se unem numa frente única; arregimentemo-nos, pois, em defesa de nossos princípios religiosos, para bem de nossa grande pátria. (LISBOA, 1932:1)

Ana Aurora era conhecida pela sua participação política contra Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul de 1893 a 1898, e por batalhar para que a mulher fosse educada para ter uma profissão e não depender dos pais ou do marido. Em 1932 passou a compor o grupo de mulheres que participavam do movimento católico nacionalista em favor do ensino religioso, contra o divórcio e a favor dos direitos da Igreja Católica. E o voto feminino seria a grande arma para garantir esses direitos.

Stela de Faro, representante da Junta Nacional Católica no Congresso Mariano da Lagoa, foi citada por Plácido de Mello em um artigo sobre o voto feminino para o jornal *Estrela do Sul*. Stela de Faro considerava que :

O sufrágio feminino é um direito e pode ser um dever. No Brasil ele nos bate à porta, despertem, pois, as mulheres brasileiras para a consciência de suas responsabilidades cívicas, iniciando-se nelas os problemas que dizem respeito à família, à escola, ao trabalho e às relações sociais, nacionais e internacionais.(MELLO, 1932:3)

As mulheres católicas uniam-se em ligas e congregações para lutar por interesses da família e da escola cristã contra os falsos brasileiros que tentavam também conseguir o seu espaço na sociedade e na constituição, através da pressão que seus grupos exerciam frente ao governo e seus líderes.

Segundo o padre Humberto Rohden, existiam três classes de moças católicas. Ao primeiro grupo pertenciam as que comungam de vez em quando, mensalmente ou semanalmente, não conhecem a alma do cristianismo e estão ainda no curso primário da vida religiosa. As moças que viviam um pouco afastadas da vida mundana, pois se dedicavam à caridade e aos trabalhos domésticos, estavam em um segundo estágio da vida religiosa e tendiam a progredir. O terceiro e último grupo de jovens era formado por aquelas que descobriram a alma do cristianismo. Eram aquelas que se dedicam a Cristo, como sendo seu esposo e rei. Eram as acadêmicas da vida espiritual (ROHDEN, 1934:468-469). Os modelos de conduta difundidos pelo catolicismo sobressaíram-se aos demais devido à pressão da censura ao cinema.

O cinema apresentava novos modelos de conduta e para tentar contê-los foi organizada uma censura promovida pela Igreja Católica. Os exibidores passaram a mudar as películas e a ser tutelados pela censura eclesiástica, principalmente nas cidades do interior. O grande golpe contra a indústria cinematográfica, o novo modo de vida urbana, ocorreu com a quebra da Bolsa de Valores de New York, cujos sintomas abalaram a economia mundial e causaram a Grande Depressão da década de 1930, nos EUA. Isto oportunizou a liderança de clérigos católicos norte-americanos que, organizados, fundaram em 1933 o comitê cinematográfico que visava uma censura estadual e federal sobre os filmes visando a moralização da sociedade. Os protestantes tentaram estabelecer um movimento semelhante anos antes, mas não tiveram êxito devido às diversas subdivisões doutrinárias. Como a Igreja Católica era mais homogênea em seu pensamento, conseguiu tal feito. Formou-se a Legião da Decência com a finalidade de coordenar o boicote aos filmes considerados imorais pela Igreja católica.

Os estúdios em resposta ao movimento instituíram o Código de Produção que proibia temas ligados a homossexualidade, relações sexuais entre pessoas de raças diferentes, aborto, drogas, formas de xingamento e palavras vulgares. Podendo ter nos filmes o adultério e o homicídio quando houvesse uma mensagem boa para contrabalançar, como valor moral compensador. Ou seja, tudo que fosse mal teria que ser regenerado através da punição do pecador.

O decreto 21.240 de 4 de abril de 1932, nacionalizava a censura no Brasil e criava a taxa cinematográfica para a Educação Popular. No mesmo ano foi criado o Instituto Nacional da Censura de Cinema Educativo, que preparava o terreno para uma maior tutela às películas apresentadas (SERRANO, 1936:124). A juventude emergente do Brasil e a de todo o mundo, deveria ser formada por princípios morais, espirituais e cívicos e para isso deveria ser tutelada assim como a mulher, pois iria formar as futuras gerações.

Então o modelo de mulher fatal, vaidosa, preconizada pelo cinema passou a ser criticado com mais força. As melindrosas

eram descritas como mulheres vulgares que se embriagavam, fumavam, sentavam no colo dos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de conduta feminina considerados profanos conviviam com as representações femininas do sagrado, mas gradativamente contrapostos pelos modelos espirituais e religiosos. A liberdade sexual feminina, o divórcio e a possibilidade da mulher escolher se queria ser mãe, não era aceita por parte significativa da sociedade brasileira. No imaginário da maioria dos grupos conservadores, a mulher deveria ser preparada para ser esposa, mãe e educadora dos filhos.

Os grupos conservadores, por mais que tentassem, não podiam parar os avanços significativos quanto à nova postura feminina frente à sociedade, na qual trabalhava e exercia seu direito de cidadã, votando e participando de cargos políticos. Paralelamente a essa nova mentalidade que começava a ser construída, a mulher continuava a ser considerada a guardiã da moral e dos costumes da família, por isso deveria ser dotada de virtudes e características que a enobreciam material e espiritualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A MULHER REGENERADA. In. A Estrela do Sul, 2 de outubro de 1864, p. 7.
- BECKER, D. João. Discurso proferido na festa de Nossa Senhora da Madre de Deus. In. UNITAS, 1932.
- BECKER, D. João. Entrevista. In. UNITAS, 1932.
- BLACK, Louise. As Mulheres e a Guerra. In. Século XX. São Paulo: Abril Cultural, 1968.
- CABRAL, João C. da Rocha. Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934, p. 44.

- CHARTIER, Roger. Introdução. In: A história cultural. Lisboa, Difel, 1990.
- CHASTENET, Jacques. A Europa dos Anos 20. In. Século XX. São Paulo: Abril Cultural, 1968.
- FORES, Hilda. Vidas e Costumes. Porto Alegre: Nova Dimensão, CIPEL, 1994.
- ISMÉRIO, Clarisse. Mulher: A Moral e o Imaginário 1889-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- JORNAL A FEDERAÇÃO. 25 de julho de 1917.
- LAVER, James. A Roupas e a Moda. 2ª reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- LIBERALI, Ricardo. Melindrosas. In. Jornal. Estrela do Sul, 13 de fevereiro de 1936.
- LIMA, Jackson. Unidos às Urnas. In. Estrela do Sul, 24 de abril de 1932, p. 3.
- LISBOA, Ana Aurora do Amaral. Sobre a Educação Popular – O professor primário. In. Jornal Estrela do Sul, 17 de junho de 1932, p. 1.
- MELLO, Plácido. O voto feminino. In. Estrela do Sul, 30 de outubro de 1932.
- MORIN, Edgar. As estrelas de cinema. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- MOTT, Luiz. O Lesbianismo no Brasil. São Paulo, Mercado Aberto, 1987.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.
- PETERSEN, Áurea. O Sufrágio Feminino na Visão dos Articulistas do Jornal Correio do Povo 1931-1934. In. Revista Histórica, Porto Alegre: EDPUCRS, n. 2, 1997.
- PIO XI. CASTÍ CONUBÍ. Sobre o Matrimônio Cristão (1930). Petrópolis: Vozes, 1951.
- PIO XI. Sobre o Cinema. Vigilant Cura (1936). Petrópolis: Vozes, 1946.
- ROHDEN, P. Humberto. Três Casses de Moças. In. Vozes de Petrópolis, vol. I, 1934.
- RUSCHEL, Quinota Viana. A MODA. In. Almanaque Estrela do Sul, C. da Boa Imprensa do Sul: Porto Alegre, 1924, p. 18-29.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry & MCMILLEN, Neil R. Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos. De colônia a Potência Imperial. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 1990.

SERRANO, Jonatas. O que é cinema educativo. In. Revista A Ordem. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1936.

UNITAS. Revista Eclesiástica da Arquidiocese de Porto Alegre, n.º 4/5, 1923, p. 115 e 116